

História e Memória no Quilombo do Matão – PB.VANESSA EMANUELE DE SOUZA¹MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA²

A história de quase quatro séculos de escravidão deixou no Brasil, sobre a população negra, um legado de preconceito e desigualdade. Os escravos oriundos do continente africano foram, durante essa época, sujeitos às mais diversas formas de exploração e maus-tratos. Contudo, a submissão ao regime escravocrata não se deu de maneira pacífica e, como uma das maneiras de resistência ao cativo encontrado pelos escravos, destacamos a fuga e o esconderijo nos denominados quilombos. É dessa época que data o primeiro conceito de quilombo encontrado na literatura que surge como resposta ao Rei de Portugal a uma consulta feita ao Conselho Ultramarino em 1740: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. (ALMEIDA, 2002: 47).

Deste modo até a atualidade o termo quilombo é, por muitos, imediatamente associado apenas à escravidão. Inclusive no mundo dos conceitos e teorias construídos na academia o estudo dos quilombos foi, durante muito tempo, encarado a partir de uma maneira apenas a partir de uma chave histórica, tendo em vista o fato de ser pensado apenas como um lugar do passado.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, ao reconhecer a propriedade de terras às chamadas comunidades remanescentes de quilombo traz a necessidade de uma reconceitualização do termo quilombo, permitindo que sejam recolocados no cenário presente. O artigo 68 do ADCT não resolveu de imediato a problemática dos chamados remanescentes quilombolas, pois se gerou uma situação na qual discutiu-se quem poderia ser portador da identidade “remanescente de quilombo” como também as condições para que se procedesse ao reconhecimento fundiário. O que redundou em um quadro complexo, pois as identidades passaram a ser discutidas e as chaves oferecidas até então se revelaram pouco operativas. Os antropólogos, nesse contexto, são colocados – e se colocam – diante de um

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela UFCG.

² Doutora em Antropologia Social pela UFRJ. Professora do PPGCS/UFCG.

cenário bastante desafiante: a emergência e o crescimento de comunidades auto reconhecidas como remanescentes de quilombo.

Este trabalho representa uma tentativa de construir interlocuções que permitam pensar como os quilombos figuram no cenário da atualidade. A realidade diversa e plural de grupos que reivindicam o seu reconhecimento. É assim que chegamos à Matão, na cidade de Gurinhém, região Agreste do estado Paraíba, um grupo rural negro que constrói sua autonomia numa terra e passa por um processo de reconhecimento da condição quilombola. A Paraíba possui atualmente 34 (trinta e quatro) grupos que reivindicaram e receberam a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) de Comunidades Remanescentes de Quilombos³.

Matão está entre esses grupos. Com seus poucos 24 hectares de terra, abriga cerca de 30 famílias que, morando nesta terra, não possuem espaço suficiente para desenvolver atividades agrícolas no local. Em sua maioria, os homens trabalham na construção civil na capital do estado, João Pessoa. No ano de 2004, após reivindicações, reuniões e encontros com outros quilombos é emitida, pela Fundação Cultural Palmares, sua certidão de auto reconhecimento enquanto Comunidade Remanescente de Quilombo.

Todo esse processo constrói nos moradores de Matão a necessidade de pensar acerca de seu passado, justificando sua presença e ocupação nesta terra que reivindicam como sua. Desta maneira, realizamos aqui um esforço de apresentar esse quilombo paraibano, tomando como condutor a memória dos moradores, numa tentativa de construir uma versão da história de chegada, ocupação e permanência nesta terra. Abordamos desde a chegada à Matão, até brevemente o panorama vivido e o passado do grupo, as condições de vida e as relações de trabalho, elemento fundamental para pensar Matão e suas relações com a vizinhança. Por fim, abordamos rapidamente o processo de auto reconhecimento e algumas de suas implicações.

Contando sua história

Nossos primeiros contatos com o grupo se deram no ano de 2008 em virtude da realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), como membro da

³Dados da Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/quilombola/?estado=PB>. Acesso em 14/06/12.

equipe de confecção do relatório. A partir de 2011 o contato com Matão se aprofundou devido à construção da dissertação de mestrado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Uma das nossas primeiras preocupações foi a procura da existência de documentos que comprovassem a posse da terra. Segundo os habitantes de Matão tais documentos não existem. A equipe realizou também pesquisas em cartórios da região à procura do histórico de posse destas e de terras vizinhas, contudo não conseguiu chegar à certeza alguma nestas pesquisas.

Mesmo que documentos fossem encontrados, nos questionamos qual a validade destes para a reconstrução de uma história desse lugar. Os documentos não devem ser encarados como fatos, mas sim como elementos que, submetidos à análise e considerando seu contexto, fornecem dados. Tendo em vista que muitas transações eram realizadas apenas verbalmente não chegando a ser oficializadas em cartório, refletindo o fato de que pessoas pobres e analfabetas realizavam negócios muitas vezes baseados apenas na “palavra” que, num contexto em que o domínio da leitura e da escrita era pequeno, era mais valiosa que os documentos.

Os documentos não conseguem refletir o relacionamento de Matão com as terras vizinhas. Lugares de importância na construção de sua história, que fizeram parte de seu cotidiano e, no entanto, são oficialmente pertencentes aos seus vizinhos: os riachos nos quais as mulheres lavavam roupa; as terras usadas para o plantio de seus roçados; caminhos e passagens conhecidos e usados por todos nos dias de feira nas cidades vizinhas. Desta maneira o trabalho consistiu em buscar o discurso dos moradores para a (re)construção da história do grupo e sua ocupação neste lugar.

A memória se apresenta enquanto o exercício de guardar, mas também – e igualmente importante – esquecer. Maurice Halbwachs (1990) demonstra a importância de observar a memória como um fenômeno construído, não individualmente, pois como ele relata “nunca estamos sós”⁴, mas coletivamente, mediante as mais diversas experiências com outros. Estes “outros” podem ser as pessoas com as quais nos relacionamos fisicamente, os atores dos

⁴ HALBWACHS, 1990: 26.

livros que lemos, pintores e arquitetos de obras que admiramos, enfim nunca estamos sós, pois sempre há a referência à presença de alguém nos lugares em que nos encontramos.

Michael Pollak (1992) sobre a construção da memória afirma que:

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992: 204).

O fato de que a memória é construída, passando por um trabalho de organização que pode ser consciente ou não, chama a atenção para outro ponto destacado por Pollak: a memória é seletiva. Nem tudo que é vivido é guardado, Halbwachs (1990) ressalta a relevância do significado dos acontecimentos: ao encontrar um velho conhecido da escola, exemplifica, se não compartilhamos o mesmo sentimento dele com relação aos momentos, por mais que seus relatos sejam precisos, não nos despertarão as lembranças. É preciso ser parte do grupo, para que as memórias façam sentido.

É através desses elementos que olhamos os discursos dos moradores de Matão na busca de uma (re)construção da história do grupo, pensando e procurando compreender a ocupação e permanência nesse lugar. Esse processo de (re)construção não foi simples, guiados pela noção – um tanto ingênua e pouco problematizada da realidade – de que os mais velhos são, por excelência, os guardiães da memória de um lugar, nos deparamos com um local com poucos idosos, por outro lado os jovens, com os quais tínhamos mais contato, nos ajudaram com as informações iniciais que foram acrescidas nas conversas que tivemos principalmente com o Senhor Pedro⁵, que conta com mais de oitenta anos.

Como diz Pollak, referindo-se à pesquisa realizada com mulheres deportadas pelo nazismo, falar sobre sua própria vida não é algo comum para as pessoas é preciso que sejam instadas a isso (POLLAK, 1992). E, a partir das questões em torno da ocupação e posse desta terra, os discursos eram construídos em torno de uma figura que, ao chegar à Matão constrói e se apropria de uma terra que passa a ser então pensada como sua e, depois de sua morte, de

⁵ Ao contrário do nome verdadeiro do fundador, que foi mantido, tendo em vista que, na memória das pessoas, ele figura como um ser quase mítico e sua identificação não compromete ninguém, optamos por identificar todos os outros por nomes fictícios.

seus descendentes. Quanto a isso é preciso ressaltar que, instados a falar de sua história e da história da posse de sua terra, os moradores apresentam um discurso que, através do passado, justifica sua presença e o fato de hoje serem donos do lugar.

A história da chegada de um homem negro e livre, chamado Manoel Rufino dos Santos a este lugar que era uma mata virgem, e por isso a denominação Matão, por volta de fins do século XIX. Manoel Rufino é reconhecido por todos como o fundador do grupo e, apesar das discrepâncias encontradas nas narrativas, sua presença figura como elemento primeiro. Neusa Maria Mendes Gusmão (1999) resalta que as histórias podem conter discrepâncias, contudo, representam o lugar e a ocupação deste lugar por uma família.

Cada grupo social tem, assim, em seu seio, algo irredutível só seu, que consiste num investimento inicial de sua existência e de seu mundo, que nem sempre é ditado por fatores reais, mas que dá a estes sua importância e lugar. (GUSMÃO, 1999: 144).

Em Woortmann, E. (1995) ao contarem a história de ocupação do Sítio de Lagoa da Mata no estado de Sergipe, ela foi informada que o fundador Manoel Barreto chega a um lugar de “natureza”, de mata e, a partir do trabalho, torna essa terra sua. Ele transforma esse lugar em um lugar de moradia através de seu trabalho, ele cria um mundo para ele e para os seus. As semelhanças na história permitem perceber a centralidade do trabalho na criação do “mundo” e a necessidade de ressaltar que o fundador do lugar transformou e ocupou este lugar que passa a ser a terra dele.

Manoel Rufino chega a esta terra acompanhado por um irmão, Antônio Grande e uma irmã, Edwiges⁶. Seu irmão casou-se e foi morar em outras terras e sua irmã morreu sem casar ou deixar filhos. (GRÜNEWALD, 2009:78). Esse homem se constitui nos discursos enquanto uma figura quase mítica, dono de grande extensão de terra, de gado, homem rico e figura de autoridade sobre seus parentes. Sobre ele contou Pedro em uma de muitas conversas em sua casa:

O dono véi desse lugar aqui, finado Mané Rufino, pelo que eu via meu pai dizer, ele era rico, ele era rico, essa terra daqui até lá acolá na serra, por esse meio de mundo, por aqui, por dentro

⁶ Os nomes originais dos irmãos do fundador foram igualmente mantidos.

das serra. Gado, gado, a casa dele disse que era ali, onde tem aquele grupo, mas ele, de vez em quando ele mandava papai... aí soltava bicho aqui dele tinha gado, tinha cavalo e tudo... (Pedro, 86 anos).

Em outro momento, Pedro fala sobre o algodão, atividade produtiva de importância em toda Paraíba:

(Manoel Rufino) Deixou uma casa quase do tamanho daquele armazém, daquela casa, daquela sede, (referindo-se ao prédio da Associação dos Moradores) num era daquele tamanho não, mas era muito grande, não sei quantos quartos. Deixou parece que três quartos, empestado de baixo a riba e as portas fechadas com tela, tela de arame (...) três quartos cheim de um ano pra outro deixava, de algodão. A casa dele não faltava, mas ele tinha dinheiro, o nego véi. (Pedro, 86 anos).

A imagem de Manoel Rufino como fundador é sustentada não apenas pela sua riqueza de homem possuidor de gado, mas também sua imagem de homem trabalhador e sua autoridade diante dos outros habitantes de Matão, todos seus filhos e sobrinhos:

Já tudo casado, ele mandava chamar, quando um demorava a chegar da feira, ele vinha lá em casa e perguntava, perguntava a mamãe, perguntava a Doninha, perguntava a essas mulher que tinha (...) tudo esse povo. Os homens era tudo sobrim dele, mas escutava e o que ele dissesse era mesmo, tinha que ser e se dava assim. (Pedro, 86 anos).

A região que estes irmãos se fixaram era conhecida antigamente pelos vizinhos por “Pirauzinho dos negros” certamente devido às relações estreitas de seus moradores com a fazenda Pirauá, que se situa próxima à Matão. Atualmente, o passado é acionado na tentativa de legitimar os discursos, as pessoas buscam uma maneira de estar conectados ao fundador. A terra pertenceu a Manoel Rufino que a deixou para filhos e sobrinhos e descender dele significa ter direito à terra.

A história do lugar, no discurso de Pedro, se confunde com suas memórias, com a história de sua vida, é nela que ele busca os elementos para a (re)construção da história de Matão. E é nesta história que encontra os elementos que definem o seu lugar. Desde cedo deixou claro possuir parentesco direto com o fundador, o que permite ver que através da

construção do relato, o indivíduo define o seu lugar na coletividade e sua relação com os outros. A história do lugar que se confunde com a história da pessoa, é o que demonstra Gusmão:

A história da terra, construída pelo homem, é sua própria história. Aquela que faz dele um sujeito singular, membro de um grupo, parte ativa de um espaço e lugar pelo qual transita. Espaço e lugar no qual constrói a percepção de si mesmo e dos demais, os que aí estão e com ele partilham a existência. Uma existência sua e de seus iguais. (GUSMÃO, 1999: 144).

Os “negos” do Matão.

Matão ou, como era conhecido, Pirauzinho dos Negros, é reconhecido pelos seus vizinhos como uma localidade de negros. No decorrer da pesquisa nas viagens aos municípios de Mogeiro, Gurinhém, Juarez Távora, em conversas informais nesses lugares tivemos a oportunidade de perceber como estes são vistos pelos seus vizinhos. O trecho a seguir foi retirado de um texto divulgado pela Prefeitura Municipal de Mogeiro, conseguido na biblioteca municipal da cidade e era utilizado nas escolas para ensinar sobre a história do município.

Reduto de negros fugidos das fazendas em virtude dos maus tratos de que eram vítimas, em busca de refúgio, procuravam aquela região, onde estes ficavam temíveis e valentes. Fazendas primitivas da região Ingá-Mogeiro eram os Melo Azedo, tronco das atuais famílias Cabral de Melo e Cabral de Vasconcelos, eles chegaram a possuir mais de 200 negros. Em uma terra, situada nas fraldas da Serra do Matão, no município de Mogeiro, habitam aproximadamente 100 famílias, de negros, precedentes da Fazenda dos João Ludovico de Melo Azedo, denominados Fazenda do Mata Negro. (Resumo Histórico sobre o Município de Mogeiro: 15).

O texto é impreciso e fantasioso. Retrata uma concepção dita histórica, na qual há algumas representações construídas acerca do lugar do negro. Mostra uma idealização, não apenas do negro no passado, como o que fugia, se embrenhava na mata e lá permanecia

isolado e incomunicável, além de ameaçador, mas também de Matão hoje, como reflexo destas características.

As falas dos moradores de Matão sobre a tristeza e sentimento de revolta por terem sido durante anos vítimas de preconceito e discriminação, principalmente nas cidades e sítios vizinhos, estiveram presentes em toda a pesquisa. Aos “negos⁷ do Matão” são associadas imagens de alcoolismo e violência. Nas cidades e sítios visitados sempre as pessoas diziam conhecer alguém do Matão e que se dão bem com os moradores de lá, mas que “a cidade” ou “os outros” os discriminam e os tratam pejorativamente como “negos do Matão”.

Em uma das estadas na comunidade, se desenrolou uma cena que ilustra situações de preconceito decorrentes da visão que alguns moradores da cidade têm de Matão e a indignação e tristeza dos habitantes em serem vítimas de situações discriminatórias.

Em uma manhã, chegou um carro e, como geralmente acontece, parou na casa de Heitor e Isabel. Vinham duas mulheres da cidade de Gurinhém, uma já conhecida, por ser membro da pastoral familiar e uma amiga dela. A primeira afirmou que o objetivo da viagem era matar as saudades do lugar e dos conhecidos e apresentar Matão à amiga. No final, ela confessou que uma das motivações era convidar Manoela, filha de Isabel e Heitor, para candidatar-se à vereadora no município de Gurinhém.

Quando se preparavam para partir, uma das mulheres que não conhecia o local, revelou o seu agrado, afirmando que voltaria mais vezes e que tinha gostado demais do lugar, traria até seus filhos. Nesse momento disse que ia fazer uma confissão e contou que, no passado, decidiu um dia vir à Matão para realizar uma festa para as crianças e já a caminho foi enfaticamente desencorajada por moradores de Gurinhém que lhe disseram que Matão era um lugar perigoso para estranhos, que ela poderia ser vítima de violência, pois é um lugar onde não se deve ir sozinho.

Depois da saída delas, Isabel, com sua costumeira franqueza, relatou todo o seu desagrado. Segundo ela, isso era recorrente, pois as pessoas de Gurinhém, mesmo conhecendo-os sempre os tratavam mal e, por ela, quando políticos aparecessem à procura de

⁷ Há uma clara diferenciação dos usos das palavras “nego” e negro. A primeira é usada no cotidiano, para identificar, nomear e até ofender as pessoas, é também associada ao preconceito, pois os “de fora” se referem aos habitantes de Matão como “negos”. “Nego” é sempre o outro, quando se referem a eles próprios, usam a palavra “Negro”, claramente difundida pelo trabalho do movimento social, é bastante utilizada pelos moradores para definir a si mesmo como “negros” e à Matão, como comunidade Negra. Aparece, geralmente em entrevistas, reuniões da associação e momentos de conversas sobre os processos referentes à questão quilombola.

votos o certo seria tratá-los da maneira que as pessoas dizem que eles se portam, mas, afirma ela, em Matão as pessoas são educadas. O principal motivo de sua raiva era que, segundo ela, as pessoas de Gurinhém os conhecem, frequentam as mesmas escolas, as mesmas festas, mesma feira, trabalham juntos, mas continuam a reproduzir imagens falsas de Matão. Sua filha Manoela confirmou suas palavras, mas disse que isso estava mudando e a situação estava melhorando.

Esse episódio permite perceber que Matão, representa, diante da população da cidade com a qual mantém as mais estreitas relações, um grupo diferenciado. Os problemas eram mais recorrentes: na escola, no trabalho, nos dias de feira e nas festas eram ouvidos insultos. Até mesmo com algumas localidades vizinhas, com as quais mantém relações de parentesco e trocas matrimoniais, há queixas sobre ofensas sofridas.

O Matão dos negros.

Além do preconceito, a pobreza e a falta de informação eram consideradas os maiores problemas enfrentados pelos que moravam nesse local. Poucas casas, todas de taipa, sem açudes, muito mato ao redor e sem energia elétrica⁸: esse era o Matão da infância dos mais velhos. Instados a contar sobre suas vidas alguns elementos marcam as narrativas destes: a pobreza, o trabalho e o medo. Estes elementos aparecem nas construções narrativas sobre o passado, em alguns momentos há contradições e confusões de datas e épocas, contudo, a partir destes pontos continuaremos a (re)construção da história de Matão e a permanência destas pessoas neste lugar.

O cenário de pobreza é marcante na memória de Matão. Pobreza representada por moradias ruins, a incapacidade de comprar bens de consumo e, principalmente, a dificuldade do chefe da família de gerir e manter sua casa e seus filhos dignamente. Nas narrativas a pobreza aparece, geralmente, conectada à falta de alimentos e à falta de roupas. As roupas são elementos muito importantes, demonstram melhoria nas condições de vida e são muito valorizadas no cotidiano.

⁸ A energia elétrica chegou no final da década de 1980.

A situação de pobreza, somada às relações tradicionalmente construídas com a vizinhança, estabeleceram padrões de condução das relações de trabalho. O trabalho permeia o relacionamento dos habitantes de Matão com a maioria de seus vizinhos. A extensão atual das terras e seus recursos permitem que o espaço de Matão seja usado apenas para a moradia, o trabalho na agricultura depende do arrendamento ou ainda da cessão dos proprietários das terras vizinhas.

Um dos primeiros fatores que aparecem nos depoimentos que caracterizam esta relação com os proprietários de terras vizinhas é a percepção da situação vivida como sendo de submissão. Até meados do século passado, os moradores afirmam ser “submissos” aos proprietários de terras vizinhas à da comunidade. Nas falas, alguns dos moradores referiram-se a estes proprietários com termos que demonstram essas relações: coronéis, “grandões de antigamente”, patrões. Carvalho (1997) demonstra que sobrevive, até os dias atuais, a existência de um mandonismo, ou seja, o exercício do poder a partir de estruturas oligárquicas e personalizadas. O “mandão”, o “coronel”, ou o “patrão” geralmente possui o controle da terra o que limita o acesso a este bem necessário à sobrevivência, mais que um sistema, esse mandonismo se configura enquanto característica da política nacional.

Os “coronéis” daquela época se fazem presentes nas falas ouvidas durante a pesquisa, permitindo dizer que eles sobrevivem até hoje na memória das pessoas. As relações de trabalho as quais eram submetidos os moradores de Matão, como muitos outros da mesma região, os obrigavam a negociar apenas com os donos das terras nas quais eles plantavam. O contrato implicava numa dívida moral que lhes exigia uma fidelidade extensa, não lhes permitindo contrabalançar comparando-o a outros que oferecessem os mesmos produtos do mercado. Estes ofereciam as condições necessárias ao plantio e manutenção do roçado e o trabalhador ficava obrigado a lhe vender a produção, venda esta que acontecia nas condições determinadas pelos fazendeiros. O pagamento dos empréstimos era muitas vezes realizado com a colheita, aumentando a dependência do trabalhador para o financiamento da safra seguinte.

Chegava lá olhe lá em seu Mané – isso eu digo por que eu vi – olhe, farinha, feijão, milho, fava, dinheiro, ferramenta, boi. Passava ali naquela estrada ali dez, doze, quinze boi que ele mandava p’ra trabaíá de cultivador, dava pra buscar ali, o véi

Santino ia buscar. Dez, doze boi, só p'ra cada quá o seu, o nego amansava, amansava, trabaiava um ano, aí ficava... (...) Agora algodão só vendia a ele lá, só vendia algodão lá no Mendonça. Sujeito. (Pedro, 86 anos).

Pedro apresenta uma realidade na qual a terra e os meios necessários para cultivá-la se encontravam nas mãos de poucos, esta se configurava enquanto uma das bases sobre a qual a sujeição dos trabalhadores se sustentava. Aos trabalhadores era praticamente vedado o acesso a terra sem ser por intermédio destes que se constituíam sempre como patrões e a submissão a eles era uma maneira de viabilizar o acesso à terra e era permeada por (re)sentimentos mistos como respeito e temor. Assim sendo, nos depoimentos há descrições dos “senhores” nos quais se encarnam qualidades antagônicas, fazendo-os aparecer em determinados momentos enquanto bons homens que ajudam na hora das necessidades e, em outros, são homens cruéis que fazem as leis da região a seu modo.

Era ruim e bom [referindo-se a um antigo fazendeiro da região]. Era ruim porque ele era muito afoito e valente e coisa. Mas o quê? Nego que nunca tinha dado uma semana de serviço no roçado, um dia no roçado e os resto era alugado aos outros; botava roçado na terra dele, ele sustentava o inverno todim de feira. Num trabalhava um dia fora que ele não queria, aí quer dizer que, se você chegasse lá e dissesse “eu quero um roçado”. Se você dissesse: “eu quero cinquenta braças, ou duas cinquenta”, ele dizia logo: “você é um preguiçoso, porque você num bota”... Aí você que tinha o mei de você responder: “eu num boto *coroné* porque eu num posso, num tem dinheiro pra fazer feira” ele dizia: “venha buscar, tem dinheiro, tem dinheiro”. Trabalhava o ano todinho no roçado, quer dizer que isso aí, num dava um dia alugado a ninguém. (Pedro, 86 anos). Grifos nossos.

Essas relações sociais de dependência/subordinação configuraram o cenário vivido pelos moradores de Matão, onde o “patrão” é designado “coroné”, sendo este o personagem que, ao fornecer dinheiro para o plantio, ao suprir a família do trabalhador com a alimentação, além de ser visto como um socorro diante de emergências, se configura assim uma totalidade social. A ajuda não era gratuita e os moradores sabiam disso, esse “coronel” queria em troca a sujeição dos que ele ajudava. Mais que obrigá-los, conseguia a obediência dos moradores através de um complexo processo que tinha como resultado a associação a ele de sentimentos

como medo, respeito, gratidão, obrigação. “Era o senhor que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação essa que engendrava (...) a esperança de novas recompensas”. (GARCIA JÚNIOR, 1989: 42). A dívida contraída com o dono da terra era uma dívida moral, o dinheiro era apenas uma face deste relacionamento.

Desta maneira, até hoje há a complexa relação de dar e receber em Matão. Um exemplo que ilustra bem essa situação é o fato deles plantarem nas terras de um proprietário da região sem pagar o chamado “foro”, o aluguel da terra. O plantio é feito nos terrenos mais inclinados e, no final da colheita, eles têm que deixar a palha do milho colhido para o gado do proprietário da terra⁹. Mesmo o trabalho sendo árduo e as condições do “contrato” desvantajosas ao pobre, era ainda preferível trabalhar no roçado próprio, mesmo devendo ao dono da terra do que ser obrigado a “trabalhar alugado”.

O assalariamento, a troca do dia de trabalho na terra de outrem por dinheiro, é um dos últimos recursos a que um chefe de família se submete, demonstrando que este possui pouco ou nada. Klaas Woortmann (1990), ao tratar da “*campesinidade*”, enquanto uma qualidade que, segundo ele, está presente, em maior ou menor grau, em grupos distintos, retrata que esta representa uma ordem moral, um modo específico distinto da ordem da modernidade. As noções de reciprocidade e honra são essenciais para a compreensão dessa “*campesinidade*”. O ensaio apresenta o Sítio enquanto um território de reciprocidade, no qual as relações mercantis, apesar de presentes, não são dominantes.

(...) *viver do alugado* é a negação da condição de dono. Viver do alugado é o *cativeiro*, a negação da autonomia no processo de trabalho. O assalariamento na fazenda ou no engenho é *cativeiro*, é *sujeição*, tal como na Colômbia é *humilhación*. (WOORTMANN, K. 1990: 29). (Grifos do autor).

O “espírito de reciprocidade” é pensado em oposição à conduta individualista, ao fetiche da mercadoria, dominante nas relações. Este espírito é a negação do negócio e, portanto não se deve negociar, nem mesmo assalariar um “pai de família”. Ele demonstra que o assalariamento é para os mais pobres, os filhos, os mais jovens, não se assalaria um parente,

⁹ Prática que é vista por muitos de forma ambígua: por um lado é um favor já que não é preciso pagar, por outro sabem que tem que deixar a terra pronta para o gado. Essa prática foi descrita no capítulo 2.

especialmente se este for chefe de família. Deste modo os momentos em que trabalhar de alugado era preciso não eram bem vistos e representavam momentos de crise.

Os chamados de “coronéis”, os donos, proprietários, aparecem nos discursos de muitos moradores, num misto de medo e respeito. Estas relações estão de tal modo enraizadas na memória dos moradores, que até hoje, quando relatam algo a tal respeito, revelam o receio, o temor de que qualquer opinião traga como consequência uma punição, como as que eles presenciaram ou foram ensinados a temer.

Quando a pesquisa para a elaboração de RTID já tinha acabado, na sala de uma das casas várias pessoas se encontravam nos revelaram que muitos não falaram porque, ao contar o que viveram, temiam que suas histórias fossem ouvidas por outros e sofressem algum tipo de retaliação. Esses fatos chamaram atenção para a importância do silêncio. Pollak (1989) afirma a importância do silêncio e do “não dito” na construção das narrativas e da memória. O que é esquecido varia, não é estanque e observa que os silêncios nas entrevistas realizadas em pesquisa com mulheres sobreviventes de um campo de concentração, mais que esquecimento, representam uma seleção do que deve ou não ser falado, deste modo “o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente”. (POLLAK, 1989: 14).

Arruti (2006) em pesquisa realizada em Mocambo, Sergipe, afirma que nem sempre a memória está disponível imediatamente para o preenchimento de lacunas. Há, em alguns casos, o que ele chama de “*Ethos* do silêncio” em alguns lugares nos quais a transmissão de algumas informações e lembranças é pensada não como valor, mas sim como risco, desta maneira silenciar é parte de um *ethos* incorporado. (ARRUTI, 2006: 212).

O discurso dos moradores marca como momento de ruptura desse medo e da exploração o ano de 2001. Foi neste ano que os moradores da comunidade começaram a ter contato com agentes dos movimentos sociais que trabalham com a questão negra. O que, de certa forma, inaugura um novo momento, tendo em vista ao acesso a políticas públicas que modificam as condições de vida; o envolvimento em atividades da agenda quilombola que permite contato com outros grupos em outros estados; programas específicos voltados para os quilombolas; organizações não governamentais que auxiliam na melhora da infraestrutura, na construção de uma sede para associação dos moradores, na realização de cursos

profissionalizantes de corte e costura, culinária, fotografia, e tantas outros elementos que transformam o cotidiano do grupo.

Considerações finais.

O estudo das “Comunidades Remanescentes de Quilombo” demonstra a diversidade da constituição e da configuração destas. Este é um campo relativamente novo e autores como Arruti (2008), Almeida (2002) e O’Dwyer (2002) ressaltam como se dá o envolvimento dos antropólogos, a construção e apropriação dos conceitos a relevância da observação de casos particulares para a análise destas. É neste contexto que está este trabalho, na observação de como esses quilombos figuram de distintos modos na atualidade.

Buscamos, com este breve ensaio, perceber como os moradores de Matão contam a sua história. Quais os elementos elencados por eles ao serem questionados sobre o seu passado, sua ocupação e permanência nesse lugar. Como afirma Pollack (1992) falar sobre o passado não é algo natural para as pessoas, é preciso que elas sejam provocadas para fazê-lo.

Quando constantemente instados a falar sobre o seu lugar e pressionados a justificar a posse de suas terras, o passado apresenta a chave, um elemento ao qual os moradores puderam recorrer para responder às questões e construir seu lugar nesse mundo. Este passado apresentado veio à tona a partir de construções presentes, foi contado na tentativa de justificar a posse da terra e a legitimidade da atual ocupação. A história do negro Manoel Rufino que chega, desmata, reproduz, faz família é a história das pessoas que moram hoje no Matão. É a história desta terra que pertenceu aos seus pais, seus avós desde os “Rufinos velhos” e hoje, conseqüentemente, lhes pertence.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O’DWYER, Eliane Cantarino. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

_____. Quilombos. In: SANSONE, Livio & PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ª Ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT – CNPq, 1989.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os Negros de Matão: etnicidade e territorialização**. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. Campina Grande, 2009.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Herança quilombola – negros, terras e direitos. In: BACELOS & CARDOSO (org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992.

RESUMO Histórico sobre o Município de Mogeiro. Texto divulgado pela Prefeitura municipal de Mogeiro. s.d.

SOUZA, Vanessa Emanuelle. **“Tomar Destino” para a Terra do Trabalho ou Ficar no Destino da Terra sem Trabalho: um exercício etnográfico acerca das migrações e seus impactos na comunidade quilombola do Matão – PB**. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

_____. **Honra, Memória e Migração em Matão – PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – UFCG, 2012.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Compadres e Nomes**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “**Com Parente não se Neguceia**”: o campesinato enquanto ordem moral. In: Anuário Antropológico 87. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, Editora da UnB, 1990.